



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

### Vol. IV (2003)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

***Seymour Drescher, The Mighty Experiment. Free Labor versus Slavery in British Emancipation. Oxford University Press, Oxford, 2002, 307 páginas [recensão]***

João Pedro Marques

---

#### Como Citar | How to Cite

Marques, João Pedro. 2003. «Seymour Drescher, The Mighty Experiment. Free Labor versus Slavery in British Emancipation. Oxford University Press, Oxford, 2002, 307 páginas [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* IV: 500-505. <https://doi.org/10.57759/aham2003.37838>.

#### Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### Copyright

© O(s) Autor(es), 2003. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2003. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

administrativa criada com a implementação da reforma de Martinho de Melo e Castro em 1784. Para o leitor menos informado sobre estes temas, seria mais fácil compreender as dificuldades sentidas por Ferreira do Amaral na imposição das reformas administrativas se possuísse alguns elementos sobre a anterior organização administrativa da cidade.

Estes são, contudo, meros pormenores que não põem em causa o mérito do estudo agora publicado. Mais do que críticas, encaremo-las como sugestões para futuros trabalhos, tão necessários como o estudo da acção do bispo D. Jerónimo da Mata que emerge nesta obra como personalidade determinante da acção de Ferreira do Amaral ou a elaboração de monografias sobre a organização do sistema judicial e militar estabelecido pelos portugueses no Oriente.

Estamos, enfim, perante uma obra que, além de enriquecer substancialmente o nosso conhecimento sobre o complexo governo de Ferreira do Amaral, vem suscitar a realização de novas investigações que nos ajudarão a melhor compreender a presença portuguesa em Macau, na segunda metade do século XIX.

A. M. MARTINS DO VALE

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do I. I. C. T.

SEYMOUR DRESCHER, *The Mighty Experiment. Free Labor versus Slavery in British Emancipation*, Oxford University Press, Oxford, 2002, 307 páginas.

Durante boa parte do século XX houve uma marcada tendência para explicar o fim da escravatura como uma simples decorrência do desenvolvimento económico. O escravismo corresponderia a uma fase do capitalismo mercantil e fora suprimido a partir do momento em que se tornara obsoleto. Os ingleses tinham sido os pioneiros da luta anti-escravista porque, constituindo a vanguarda da Revolução Industrial, haviam sido os primeiros a perceber o muito que teriam a lucrar com a substituição do velho mundo colonial de escravos e proteccionismos por um novo mundo de liberdades e de consumidores.

Em meados da década de 1940 Eric Williams encarregou-se de dar lastro historiográfico a esta visão genérica. Estudando muito particularmente o caso britânico, Williams concluiu que o tráfico e as colónias escravistas tinham fornecido uma parte significativa dos mercados e do capital que possibilitaram o desenvolvimento económico da Grã-Bretanha e o arranque da Revolução Industrial. Mas no último quartel do século XVIII uma série de fenómenos estruturais e conjunturais teriam feito com que todo o sistema escravista perdesse importância e, mais do que isso, se convertesse num empecilho do desenvolvimento económico. Devido à perda dos Estados Unidos, ao esgotamento dos solos, aos furacões, ao excesso de produção açucareira difícil de escoar num contexto de guerra e aos melhores resultados das colónias rivais – nomeadamente S. Domingos –, as West Indies teriam entrado em decadência e teriam sido incapazes de manter a sua anterior proeminência económica, quer como produtores quer como consumidores dos produtos metropolitanos. Ao mesmo tempo que isso se verificava, a industrialização, auto-sustentada e já não dependente dos lucros do *abominável comércio*, trouxera consigo um acréscimo de produção que exigia outras portas de escoamento para além dos mercados coloniais. Devido ao proteccionismo, as West Indies constituíam, então, um peso para a economia britânica e começaram a ser atacadas nos seus privilégios. A abolição do tráfico de escravos, em 1807, e o fim da escravidão, em 1833, teriam constituído desse modo os primeiros passos para a destruição das barreiras alfandegárias e para a liberalização universal do comércio, passos esses que vingaram porque os fins dos humanistas correspondiam fielmente aos interesses da burguesia nascente. Tudo somado, a política

abolicionista britânica teria mais de humanitarismo lucrativo do que de virtuosa página na história das nações <sup>1</sup>.

Plausível, quase geométrica, a teoria de Williams foi largamente aceite não só no estrangeiro – onde, desde o início, o movimento abolicionista inglês tinha sido visto como algo que sob a capa do humanitarismo encobria objectivos materiais inconfessáveis –, mas na própria Inglaterra. Todavia, a partir de meados da década de 1970 essa teoria, aparentemente tão sólida, começou a ser demolida. O principal obreiro da demolição foi (e continua a ser) Seymour Drescher, autor de uma notável sequência de livros e de artigos tendentes a demonstrar que vários dos pressupostos de Williams estavam errados ou mal apoiados. Estudando detalhadamente as importações e exportações das colónias no período de 1776 a 1830, Drescher mostrou, com base nas mesmas estatísticas utilizadas por Williams, que não tinha havido qualquer decadência do sistema escravista e que a ideia de declínio seria uma ilusão estatística que se ficara a dever ao facto de terem sido ignorados alguns dados do período em consideração. Longe de terem declinado, as importações e exportações das West Indies tinham aumentado consideravelmente, atingindo níveis superiores aos de qualquer período de prosperidade anterior à Revolução Americana. Também não havia razão para falar em crise no comércio de escravos britânico uma vez que esse comércio tinha atingido o seu máximo precisamente no período posterior a 1780. Na viragem de Setecentos para Oitocentos o sistema escravista estava, pois, em expansão e não em declínio, e o horizonte dessa expansão era enorme, não só porque S. Domingos entrara em colapso devido à insurreição dos escravos, mas também porque, com as guerras na Europa, a Inglaterra deitara a mão às colónias francesas, holandesas, suecas e dinamarquesas. Os ingleses tinham supremacia naval, um quase monopólio do tráfico e terras conquistadas que apenas pediam braços para produzir. Em 1800, e pensando apenas em termos de estrito interesse económico, deviam estar desejosos de promover o sistema escravista, não de lhe pôr um fim. Tinha havido de facto uma decadência das West Indies mas ela fora tardia, posterior a 1820, e consequência da abolição do tráfico de escravos, não a sua causa. Ou seja, Drescher mostrou que o sistema escravista não tinha morrido de morte natural. Desaparecera, isso sim, em virtude de um suicídio económico imposto pela ideologia humanitarista e pela *free-labor ideology*. Aparentemente, as elites políticas e comerciais daquela que era a mais avançada economia capitalista do mundo persuadiram-se de que o trabalho livre seria mais produtivo do que o labor escravo e interpretaram erradamente a lógica das economias coloniais <sup>2</sup>.

*The Mighty Experiment*, a obra mais recente de Drescher, é um natural descendente da linha de argumentação que o autor vem desenvolvendo desde há 25 anos mas vai ainda mais longe e mais fundo, visando dar o último passo no sentido do esvaziamento total da explicação materialista. A obra incide sobre o processo ideológico e político que levou à emancipação dos escravos decretada pela Inglaterra em 1833 e pretende provar que nem mesmo os abolicionistas acreditavam geralmente que a abolição fosse vantajosa do ponto de vista económico. Já se sabia que alguns dos grandes vultos abolicionistas – como James Stephen, por exemplo – estavam cientes de que o trabalho livre não podia competir com o trabalho escravo nas circunstâncias concretas das plantações americanas. Mas até agora tinha-se admitido que a movimentação abolicionista britânica tinha sido geralmente

<sup>1</sup> Eric WILLIAMS, *Capitalism and Slavery*, Andre Deutsch, Londres, 1964 (1.ª ed. 1944).

<sup>2</sup> Seymour DRESCHER, *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*, University of Pittsburgh Press, Pittsburgh, 1977; entre várias outras obras do mesmo autor ver também *Capitalism and Antislavery: British Mobilization in Comparative Perspective*, MacMillan Press, Houndmills, 1986; «The Decline Thesis of British Slavery since Econocide», in H. BECKLES e V. SHEPHERD (eds.), *Caribbean Slave Society and Economy*, IRP, Kingston, 1991, pp. 136-49; e «Capitalism and Slavery after Fifty Years», in *Slavery & Abolition*, 18, 3, 1997, pp. 212-27.

coerente com os mandamentos de Adam Smith, havendo a convicção de que o movimento abolicionista se tinha imposto precisamente quando as elites e a opinião pública se persuadiram da superioridade do trabalho livre. Ora, em *The Mighty Experiment* Drescher vem mostrar que a emancipação dos escravos foi uma reforma colonial caríssima, só muito pontualmente estribada em razões de natureza económica e que para além de James Stephen eram muitos os que duvidavam da eficácia produtiva do trabalho livre nas zonas de plantação.

Podemos considerar que a obra está dividida em duas partes. Na primeira delas (caps. 1 a 7) o autor investiga a forma como a ciência social do tempo perspectivava o problema da escravidão, prestando particular atenção à economia e à demografia, uma vez que outras ciências, incluindo a própria antropologia física, tiveram um papel marginal no debate abolicionista – ao invés do que sucedeu nos Estados Unidos, onde as concepções raciais estiveram no centro da polémica e do conflito. O trabalho de análise inicia-se com *Wealth of Nations*, de Adam Smith, a pedra angular de todo o liberalismo económico. Importa dizer que nesta parte do livro Drescher presta especial atenção às inconsistências do discurso analisado e valoriza menos o que é dito do que as omissões e o silêncio. Como ele próprio confessa, «the silencies of Wealth of Nations seem more significant than the discussions» (p. 27). Atribui, por exemplo, enorme significado àquilo que Smith não diz, ao facto de o economista nunca afirmar peremptoriamente que os plantadores poderiam aumentar os seus lucros se emancipassem os escravos. O mesmo tipo de análise é extensivo aos contemporâneos e sucessores de Smith, estudados nos capítulos seguintes. Drescher faz notar que, com uma ou outra excepção, havia da parte dos economistas mais conceituados do tempo uma manifesta relutância em apoiar a abolição por razões económicas (pp. 54 segs.). Homens como David Ricardo, Thomas Malthus, James Mill, John McCulloch, permaneceram praticamente silenciosos no debate que opôs partidários do trabalho livre aos do trabalho escravo, ou, se se pronunciaram, fizeram-no de uma forma contrária aos interesses dos abolicionistas. Trata-se de uma perspectiva inédita, muito interessante mas insuficientemente alicerçada. As análises em negativo, tendentes a valorizar o que não está ou o que não é dito, comportam sempre uma grande dose de risco e Drescher não consegue evitar algumas armadilhas e contradições. Não parece ocorrer-lhe, por exemplo, que a ausência de apelos directos à abolição por razões económicas pode não significar necessariamente a existência de uma reticência. Quando, em 1788, um parlamentar britânico reeditou um panfleto que pretendia justificar o tráfico e a escravidão por motivos económicos, alguma imprensa dedicada a questões agrícolas veio considerar que nem valia a pena contestar uma tal argumentação. Fazê-lo seria demonstrar pouca consideração pela inteligência dos leitores. Isto é, essa imprensa pressupunha que na Inglaterra ilustrada de finais de Setecentos a ideia de que a escravatura não era compatível com o progresso económico estava já perfeitamente adquirida, sendo inútil repisá-la<sup>3</sup>. Não poderiam os sucessores de Adam Smith ter sentido algo de semelhante?

De toda a forma, a abordagem analítica arriscada que Drescher desenvolve nos primeiros capítulos é de certa forma acessória. O que verdadeiramente lhe interessa não é tanto o pensamento de Adam Smith e de outros economistas mas sim a forma como os abolicionistas usaram ou ignoraram os ensinamentos da economia política, da demografia e das próprias experiências concretas que iam ocorrendo sob os seus olhos. Como ele próprio refere na introdução, *The Mighty Experiment* é um livro sobre «the intrusion of social science into the politics of slavery» (p. 6). E o que esse livro constata é que, inde-

---

<sup>3</sup> Cfr. David ELTIS, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Oxford University Press, Oxford e Nova Iorque, 1987, pp. 3-4.

pendentemente de eventuais hesitações ou reservas, Adam Smith considerava que a extensão da liberdade era a principal meta do progresso e que a escravidão, sendo o maior obstáculo a essa expansão, era moralmente condenável e *a priori* economicamente ineficaz. Ao raciocinar nessa base, ao defender a superioridade relativa do trabalho livre sobre o trabalho coercivo, Smith (como outros economistas) forneceu aos abolicionistas um argumento fortíssimo. Todavia, nas primeiras décadas do processo que levaria à libertação dos escravos os abolicionistas não privilegiaram os argumentos de natureza económica, preferindo os de ordem demográfica. O seu principal cavalo de batalha era o de que o tráfico e tudo o que lhe estava associado despovoava a África. E mesmo esse considerando demográfico era usado de forma cuidadosa e auto-contida. De facto, teria sido fácil usar os ensinamentos de Malthus para atacar a escravidão, mostrando que ela era intrinsecamente negativa pois a taxa de mortalidade entre os escravos suplantava em muito a de natalidade. Mas, nessa época, os abolicionistas britânicos estavam apenas interessados em acabar com o tráfico negreiro – não com a escravidão –, e para atingirem esse primeiro objectivo não podiam exacerbar desnecessariamente o nível de oposição interna. O que significa que precisavam de demonstrar que o fim do comércio negreiro em nada prejudicaria as colónias das West Indies e de defender que, apesar do estado de escravidão, poderia haver crescimento demográfico nas zonas de plantação.

Uma vez findo o tráfico, e quando as primeiras estatísticas da década de 1820 vieram revelar que, com poucas excepções, as populações escravas das West Indies tinham começado a decrescer, esse facto tornou-se, paradoxalmente, uma arma ideológica nas mãos dos abolicionistas. Para eles, os plantadores estavam obviamente a matar os seus escravos de fome e de trabalho. O argumento era tanto mais credível quanto, em paralelo, a população escrava nos Estados Unidos – que também abolira o tráfico em 1807 – ia crescendo, supostamente por ser bem tratada. Um argumento demográfico *aggiornato* serviu, portanto, para lançar o ataque à escravidão, o passo seguinte da cruzada abolicionista. Contudo, agora a argumentação abolicionista passou a recorrer igualmente à argumentação económica que Adam Smith fornecera quase meio século antes. O que se compreende. As razões demográficas podiam bastar para defender a libertação do escravo; para garantir que uma passagem do trabalho escravo ao trabalho livre melhoraria a situação económica nas West Indies era obrigatório postular a superioridade do trabalho livre.

É certo que, como Drescher mostra no capítulo 6, as experiências recentes pareciam demonstrar precisamente o contrário. A comunidade de negros livres estabelecida na Serra Leoa em 1787 falhara rotundamente em termos económicos, demográficos e comerciais. Também os ensinamentos que provinham do Haiti (S. Domingos) eram pouco promissores para o projecto abolicionista. A população de ex-escravos crescera após a sangrenta revolução e guerra civil. Mas ao fim de duas ou três décadas de tumulto revolucionário aquela que tinha sido a maior exportadora de açúcar do século XVIII deixara praticamente de exportar, e esse facto indicava que o trabalho livre era incompatível com uma produção açucareira em larga escala. Os abolicionistas, porém, iludiam a realidade palpável argumentando que o Haiti passara por uma experiência desenvolvida ao arrepio do controlo europeu e nunca poderia constituir um teste decisivo acerca da produtividade do trabalhador livre: «Haiti had proved nothing at all», como diria Edward Stanley, um dos grandes promotores da emancipação (p. 104). Quanto à Serra Leoa, atribuíam o falhanço a uma conjugação de factores mais ou menos acidentais, que iam da continuação do tráfico nas imediações da colónia às guerras napoleónicas.

No entanto, e apesar deste *écran* de justificações, a acção política proposta pelos abolicionistas não era inteiramente coerente com as suas proclamações acerca da desvantagem económica da escravidão. De acordo com Drescher, os principais líderes abolicionistas opuseram-se àqueles que, convictos da superioridade do *free labor*, queriam acelerar a data da emancipação. Afirmavam que as Caraíbas tinham uma grande percentagem de selvagens recém-chegados de África e que seria perfeita loucura libertá-los de repente sem

um período de transição que lhes instilasse hábitos de trabalho, princípios religiosos e um comportamento civilizado. Só então o trabalho livre seria melhor do que o trabalho escravo. Essa reticência ajuda a explicar o estado de torpor em que a questão emancipacionista permaneceu durante toda a década de 1820. O salto em frente foi dado não por razões económicas mas de segurança pública colonial, na esteira da revolta de escravos ocorrida na Jamaica em 1831. Foi então que o Parlamento, pressionado por uma grande campanha popular – qualquer coisa como 5 mil petições, assinadas por milhões de pessoas –, emancipou os cerca de 780 mil escravos existentes nas suas colónias americanas, pagando 20 milhões de libras como compensação aos seus proprietários. Estipulou, ainda assim, um período de transição que deveria durar até 1840 e durante o qual os ex-escravos estariam sujeitos a um regime de trabalho obrigatório, algo que, para Drescher, «showed the limits of parliamentary faith in free labor» (p. 138).

Muitos historiadores viram a lei de 1833 como a expressão de uma ideologia capitalista e burguesa relativamente consensual. Mas Drescher, apoiado na análise dos debates parlamentares então ocorridos e nos comentários feitos na imprensa, desfaz essa impressão, mostrando que muitos dos intervenientes continuavam a considerar que o mundo colonial e a Europa eram lugares muito distintos, e onde os princípios teriam de aplicar-se de forma diferente. Sabiam, aliás, que a libertação dos escravos constituía, a vários títulos, um teste decisivo sobre a bondade do anti-escravismo e que o resultado final dessa libertação teria consequências internacionais. O principal critério do sucesso da emancipação seria económico e dependia da capacidade que os negros livres revelassem para produzir mais e mais barato do que os escravos no Brasil, Cuba ou Estados Unidos: «British emancipation might be irreversible, whatever the outcome. Its economic failure, however, could produce the most negative backlash from slave owners in both hemispheres and the indefinite prolongation of needless human suffering and violence» (p. 127).

A segunda metade do livro (caps. 8 a 12) incide sobre a *Mighty Experiment* propriamente dita, isto é, sobre a experiência social de emancipação levada a cabo nas colónias inglesas e sobre o impacto dessa experiência tanto a nível interno como externo. E o único óbice que pode apontar-se-lhe é que seja mais descritiva do que conceptualizante. Tem longos resumos e transcrições do pensamento de cada parlamentar, ministro, economista ou publicista, mas faltam-lhe patamares de síntese e níveis de conceptualização que poupem ao leitor a sensação de estar a ler o mesmo trecho repetidamente. Ainda assim, as ideias essenciais são suficientemente claras. Drescher mostra que durante o período de transição a experiência foi relativamente bem sucedida: não houve violência, o nível de vida e de religiosidade dos ex-escravos e aprendizes aumentou; a produção açucareira caiu um pouco mas o preço em Londres subiu e o trabalho exercido por ex-escravos e libertos nas suas horas livres parecia bem produtivo. Esses bons sinais, associados a razões humanitárias, levaram os abolicionistas mais radicais a desencadear uma campanha contra o próprio período de transição. Em consequência, o regime de trabalho obrigatório foi dado por findo em 1838, antecipando em dois anos a libertação total dos escravos. A partir daí o processo descarrilou e a teoria do *free labor* não conseguiu resistir ao embate da realidade. Nas colónias com menor densidade demográfica existia muita terra devoluta e os ex-escravos podiam fazer quintinhas e praticar uma economia de subsistência, furtando-se a trabalhar nos engenhos. É certo que o governo fez publicar leis contra a vadiagem destinadas a impedir a fuga dos campos mas essas leis eram frouxas e os trabalhadores que se recusassem a assinar contratos não podiam ser forçados a fazê-lo.

Confrontadas com um sério problema laboral, as West Indies pós-emancipacionistas assistiram a uma subida do custo do trabalho, à depreciação do valor das terras e ao declínio da produção de açúcar e de outros produtos tropicais. Em paralelo, o tráfico para o Brasil e Cuba – que a Royal Navy não conseguia estrangular – continuava a alimentar os principais concorrentes das colónias britânicas. Era agora evidente para todos que o percurso anti-escravista da Grã-Bretanha tinha sido um sacrifício cujos perfeit

contornos os abolicionistas haviam maquilhado por detrás de justificações políticas, económicas, demográficas, consoante as conveniências do momento. A moral tinha imposto esse percurso mas seria absurdo prolongar o sacrifício para além do estritamente necessário. A protecção alfandegária ao açúcar das West Indies ainda resistiu ao grande debate de 1841 mas essa foi a última grande vitória dos abolicionistas face à contracorrente dos interesses económicos. Em 1846 o protecționismo acabaria e as West Indies cultivadas por trabalhadores livres tiveram de competir com os produtores escravistas num mercado progressivamente mais aberto. Como era inevitável, isso implicou a ruína de dúzias de casas comerciais britânicas.

A partir desse momento o método emancipacionista experimentado pela Grã-Bretanha nas suas colónias americanas tornou-se um modelo a evitar. Dito isto, não pode considerar-se que o fracasso da *Mighty Experiment* tenha tido o impacto internacional negativo que se temia. É certo que nenhum país copiou integralmente o método britânico. Nem os próprios britânicos, aliás, o fizeram: a emancipação dos escravos na Índia foi decretada de forma lenta e gradual, sem compensações para os senhores (p. 228) e posteriormente, a partir do último quartel do século, os britânicos – como outros europeus –, redescobriram «brutal forms of forced labor to accelerate rapid economic exploitation of Africa» (p. 229). Contudo todos os governos ocidentais procuraram seguir a via aberta pela iniciativa emancipacionista inglesa de 1833. As profecias feitas aquando da aprovação da lei no Parlamento – «the world will be shamed into imitation»<sup>4</sup> – confirmaram-se plenamente, o que significa que a dimensão moral inerente ao fim da escravatura se impôs à escala do Ocidente, ganhando precedência política sobre os maus resultados económicos da experiência.

Em suma, se bem que faça incursões por diversos campos historiográficos, *The Mighty Experiment* é acima de tudo a história de uma ideologia e do percurso sinuoso dessa ideologia para se impor. Ao longo do livro Drescher mostra-nos como as previsões e razões dos anti-abolicionistas eram geralmente mais correctas do que as dos abolicionistas – excepto do ponto de vista moral, claro está –, e como estes, recorrendo a uma sucessão de argumentos demográficos, económicos e outros, conseguiram sustentar a sua posição e fazer avançar os seus propósitos, ainda que para tanto tivessem de dizer hoje o que tinham negado ou ignorado ontem. Não sendo, possivelmente, a melhor obra de Drescher, *The Mighty Experiment* conclui com inteligência um périplo pela história da escravatura que merecia ser melhor conhecido em Portugal.

JOÃO PEDRO MARQUES  
Instituto de Investigação Científica Tropical

---

<sup>4</sup> Cfr. David B. DAVIS, *Slavery and Human Progress*, Oxford University Press, Oxford, 1984, p. 121.